

Canteiros de Arroz:

a orizicultura entre o passado e o futuro

Irene Vaquinhas · José Amado Mendes



Câmara Municipal de Montemor-o-Velho · 2005

*Os Arrozaís do Baixo Mondego
entre o passado e o futuro
da memória à salvaguarda do património*



Irene Vaquinhas*

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

* - Professora associada com agregação; membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Fotografia gentilmente cedida pelo Sr. Eng.º Carlos Laranjeira.

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Ex.mo Sr. Presidente da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral

Ex.mo Sr. Presidente da Liga dos Amigos dos Campos do Mondego

Ex.mo Sr. Representante da Confederação dos Agricultores de Portugal

Ex.mo Sr. Sr. Representante da Confederação Nacional dos Agricultores

Ex.mo Sr. Presidente da Associação dos Agricultores do Vale do Mondego

Minhas senhoras e meus senhores

Como esclarece Cândido de Figueiredo, no seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1926), o termo arroeiro designa não só quem cultiva o arroz, mas também aquele que o negocia. Tornou-se, todavia, comum e normal atribuir-se a designação aos que trabalham directamente na respectiva cultura, cuja dureza, sobretudo quanto à despona e ceifa, ficou lapidarmente narrada no romance *Gaibéus*¹, do escritor neo-realista Alves Redol.

Do mesmo modo, mas desta vez feita na pintura, o contemporâneo Júlio Pomar transfigurou-a, nos seus quadros do «Ciclo do Arroz»², em tons carregados e sombrios, numa alusão directa mas subreptícia, aos difíceis anos quarenta, no momento em que o regime

1 - "Arroeiro", Nuno Luís Madureira (Coordenador); Conceição A. Martins; Nuno G. Monteiro, *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III. *A Agricultura: Dicionário*, Oeiras, Celta Editora, 2002, p. 24.

do Estado Novo estava em pleno vigor. Nesses quadros, sentimos que esses homens e mulheres sombreados a negro se transformam, pela mão do artista, em ceifadores de esforços e de optimismos colectivos.

O romance de Alves Redol tem como pano de fundo a planície ribatejana e retrata o trabalho da ceifa do arroz, feita manualmente, por ranchos de homens e de mulheres. Nas suas páginas vivas perspassam momentos que poderiam pertencer a qualquer lugar onde se pratica essa faina, como a dos campos do Mondego, nos idos dos anos 1930 a 1950. O trabalho do arroteiro completava-se com o da mondadeira. Enquanto os homens preparavam os terrenos e os semeavam, as mulheres ceifavam o arroz. Se o homem era o capataz, as mulheres eram as mondinas ou mondadeiras.

Tanto para eles como para elas, o trabalho era árduo, exercido sob um céu pesado de chumbo que esgotava as energias físicas. Esse trabalho fatigante foi não raro amaldiçoado, como se pode verificar nestes versos populares alusivos às terras de Montemor e recolhidos por Santos Conceição: "O inferno que aí vai / Rai's parta o sol"³.

Era, sem dúvida, o trabalho das mulheres que mais tocava a sensibilidade dos autores que sobre este tema escreveram, pelas condições duras e desumanas em que se desenrolava: curvadas nas searas, os rins dobrados, a água passando por cima dos joelhos, os superfosfatos abrindo bolhas na pele transformando-a numa crosta em ferida (o "mal das mondadas")⁴, as pernas gretadas pelas folhas do arroz e pela milhã, pelas águas, pelas sanguessugas - as mondadeiras eram, de facto e na expressão dos autores neo-realistas, verdadeiras "servas da terra".

2 - «O Ciclo do Arroz» foi uma experiência colectiva realizada, em 1953, em que participaram Júlio Pomar, Alves Redol, Cipriano Dourado, Rogério Ribeiro e António Alfredo. Tendo como cenário o Ribatejo, pretendia-se ter um contacto directo com a realidade vivida pelo povo trabalhador.

3 - Augusto dos Santos Conceição, *Terras de Montemor-o-Velho*, Coimbra, 1944, p. 271.

4 - Uma das doenças que afectava as "mondinas" era a "Rila", também denominada "mal das mondadas".

Conhecido desde tempos remotos - o arroz foi introduzido na Península Ibérica pelos árabes, existindo referências ao seu consumo desde a Idade Média - só no século XIX, a partir dos seus meados, é que se intensificou a sua cultura no nosso país. Nessa altura foi favorecida pela alta de preços, pelos rendimentos auferidos no seu cultivo, mais elevados do que na cultura tradicional do milho, e sobretudo por um sistema de pautas alfandegárias proteccionistas da produção nacional.

Após esta rápida expansão, centrada sobretudo no período entre 1850 e 1870, a área orizícola manteve-se relativamente estacionária até à viragem do século XIX para o século XX. Voltou a aumentar nas primeiras décadas do novo século, com particular incidência a partir dos anos Trinta. Beneficiou, mais uma vez, de um regime pautal favorável, assim como da garantia dos preços e do escoamento da produção através da "Comissão Reguladora do Comércio do Arroz". De 1933 ao final da década de 1940, as áreas cultivadas mais que duplicaram, garantindo, sobretudo durante a II Guerra Mundial, as necessidades de consumo interno. Foi, porém, a partir de 1950, com as obras de regularização dos principais rios (Tejo, Sado, Sorraia...) que o acréscimo da área cultivada se acentua até alcançar um máximo de 43000 hectares, em 1973, de acordo com informações coligidas por Eugénio Castro Caldas⁵.

No Vale do Mondego, o percurso não foi muito diferente. No campo da Carapinheira, localidade onde hoje se homenageia o arrozeiro, considerava-se que o desenvolvimento da cultura, nos anos Trinta, fora de tal ordem "que parece loucura" como escreviam alguns autores⁶, reconhecendo-se, ao tempo, ser o arroz considerado uma "cultura rica", por oposição ao milho, tido como "cultura pobre".

Dadas as condições naturais em que se desenvolve a orizicultura - sobretudo em terrenos apaludados, pantanosos e sujeitos a

5 - Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*, INIC, Lisboa, 1991, pp. 543-544.

6 - José António Ferreira de Azambuja, "A cultura do arroz no Vale do Mondego. Suas vantagens e inconvenientes", *Gazeta das Aldeias*, nº 2212, 1951, p. 571.

inundações periódicas - o alargamento da área andou de par com os protestos das populações por causa das doenças que aquela cultura causava, em particular o paludismo, de grande impacto na salubridade dos povos que residiam nas cercanias. Para Andrade Corvo (1824-1890), estadista oitocentista e autor de um conhecido relatório sobre a influência da orizicultura na saúde pública, a questão era líqüida e não suscitava quaisquer dúvidas ao afirmar que "a produção de 16 hectolitros de arroz custava uma vida humana", ou seja, aos seus olhos a cultura do arroz era verdadeiramente "homicida" e a única solução para se lhe pôr fim seria a extinção dos arrozais⁷.

Durante a segunda metade do século XIX, foram inúmeros os levantamentos populares contra os efeitos perniciosos da orizicultura. As populações recusavam-se a ver transformadas as suas aldeias "numa segunda Africa onde as febres [...] fizeram o seu quartel general", como referiam, em 1872, os representantes da Junta da Paróquia de Vila Nova da Barca. No entanto, a má vontade dos povos contra esta cultura foi-se atenuando à medida que a insalubridade diminuía com a drenagem dos terrenos, o tratamento da malária por meio do quinino e a utilização de larvicidas nos arrozais⁸.

7 - *Relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e a sua influencia na saude publica apresentado a Sua Excellencia o Senhor Ministro dos Negócios do Reino pela Commissão creada por portaria de 16 de Maio de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

8 - - As medidas tomadas com vista à eliminação do vector da doença foram de três tipos: mecânicas (hidráulicas), tóxicas e naturalísticas. Nas primeiras inclui-se sobretudo a redução da superfície das águas estagnadas por meio da irrigação intermitente do arrozal; nas segundas inclui-se a aplicação de larvicidas como o DDT, o «verde de Paris», o petróleo, a parafina, etc. Já as medidas de carácter biológico se baseiam sobretudo no uso de plantas - que formando um tapete à superfície das águas asfixiavam as larvas do «anopheles», bem como a introdução de gambúsias para exterminação das larvas, *Memórias do Instituto de Malariologia de Águas de Moura. Da luta anti-palúdica ao museu*, Câmara Municipal de Palmela, pp. 248-249.

Drama do baixo Mondego, o paludismo constitui, no entanto, o drama dos arrozais, “traíçoeiros no seu desígnio de criar sezões”, como se escrevia na imprensa em 1945.

Mas se as “sezões” felizmente já foram erradicadas e só existem na lembrança dos mais idosos, os campos de arroz continuam a fazer parte do património do Baixo Mondego: da sua paisagem, da sua gastronomia, do seu folclore, da sua etnografia, da sua economia... Urge preservar todos os testemunhos, materiais e imateriais, de um património colectivo representativo da identidade local. Sejam os usos e costumes das mondadeiras, sejam os testemunhos orais da realidade vivida pelos trabalhadores, seja o que ainda pode restar do espólio laboratorial do antigo posto de combate ao sezonismo, aqui em Montemor designado pela “Casa das Sezões”, seja o que ainda resta de máquinas agrícolas ou de antigas unidades industriais de descasque e de preparação do arroz que podem ser reactivadas como núcleos museológicos⁹.

Na verdade, todas as questões relacionadas com o património estão na ordem do dia. Ele é sempre invocado quer quando se pretende estudar e preservar testemunhos do passado, quer quando se impõe a necessidade de requalificar espaços e instalações. Sempre que é necessário dar futuro ao passado o património é invocado.

Como conceito histórico que é, a noção de património tem, no entanto, variado significativamente ao longo do tempo. E se, nos finais do século XIX, este era definido como a “vitrine do génio nacional”, no momento em que a palavra cristalizara na noção de monumento histórico, herdada da Revolução Francesa, a partir dos anos sessenta do século XX, o conceito não tem cessado de se expandir, incorporando os testemunhos de um tempo desaparecido, e orientando-se em direcção a realidades que, sem poderem ser

9 - A exemplo do que ocorre na actualidade em Benavente. A exposição “Terras d’água. O ciclo do arroz”, constitui o programa do Museu Agrícola de Benavente”, pólo museológico do Museu Municipal de Benavente (*Terras d’água. O ciclo do arroz*, Benavente, Museu Municipal de Benavente- Câmara Municipal de Benavente, 1998).

qualificadas como de excepcional valor, são representativas de uma identidade: nacional, regional ou local¹⁰.

Esta metamorfose corresponde a uma evolução silenciosa mas decisiva: a passagem da história nacional à memória nacional, na expressão feliz do historiador François Furet. Por outras palavras: à passagem de uma consciência histórica da nação a uma consciência social, decorrente de uma profunda e progressiva democratização, a qual converteria o património naquilo que alguns autores qualificam de “o sagrado laico das sociedades contemporâneas”.

Desta forma, ao lado da peça única, de excepcional valor, pode conviver o singelo objecto quotidiano, entendido como um sinal ou um pretexto para se aceder à compreensão dos processos da sua produção, do seu fabrico ou uso, mantendo presente na memória os acontecimentos que testemunharam.

É no contexto desta lata e ecuménica consciência patrimonial, que contém em si a imensa capacidade de “fazer recordar”, operacionalizando os processos de memorização, que se impõe a necessidade de criação de um núcleo museológico, onde a memória dos tempos duros da faina do arroz seja salvaguardada, contrariando a displicência do abandono e dos estragos do tempo. Os museus, nos dias de hoje, constituem um refúgio contra a globalização e a uniformização. Locais onde é possível ir em busca das raízes e que reforçam o sentimento de pertença a um território...

Torna-se urgente transformar o que resta numa via que conduza ao enriquecimento cultural, à partilha de outras vivências, à descoberta do passado. Como sabiamente escreveu um dia Miguel Torga, “o passado passou. O presente agoniza”. Construir o futuro. No gesto simbólico de lançar a semente à terra, a mão do arrozeiro deixa a bailar no pensamento a esperança. Ontem, como hoje, esta é a última a morrer...

10 - Pierre Nora, “Une notion en devenir”, *Le Courrier de l’Unesco*, Septembre 1999.